

FÉ CRISTÃ E DEMONOLOGIA¹

Sacra Congregação para a Doutrina da Fé Roma, 26 de Junho de 1975

A Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé encarregou um especialista a fim de preparar este estudo que é altamente recomendado, sendo uma base segura para reafirmar o ensinamento do Magistério sobre o tema *"Fé e demonologia cristã"*.

Ao longo dos séculos, a Igreja tem rejeitado as diversas formas de superstição, a preocupação excessiva sobre Satanás e seus demónios, os diferentes tipos de culto e o mórbido apego a esses espíritos.² Por isso seria muito injusto dizer que o cristianismo fez de Satanás, o argumento favorito da sua pregação, esquecendo-se do senhorio universal de Cristo e transformando a Boa Nova do Senhor ressuscitado numa mensagem de terror.

Como São João Crisóstomo declarou aos cristãos de Antioquia: *"Não é para mim nenhum prazer falar do diabo, mas a doutrina sugere que esta questão será para muito útil para vós"* (Homilia, De diabo tentatore II, Patrologia Grega 49. 257-258).

Na verdade, seria um erro fatal comportar-se como se, considerando a história já resolvida, a redenção tivesse já atingido todos os seus efeitos, sem termos a necessidade de nos empenharmos na luta de que fala o Novo Testamento e os mestres da vida espiritual.

Um mal-estar atual

Neste erro pode-se cair também hoje. De fato, em muitas partes surge a questão se não seria o caso de reconsiderar a doutrina católica sobre este assunto, a começar das Escrituras.

¹ Enchiridion Vaticanum, vol. 5, nn. 1347-1393, pp. 830-879). O texto original é em língua francesa: "Observador Romano", em 04 de Julho de 1975.

² A firmeza da Igreja a respeito da superstição exprime-se já com toda a sua severidade na Lei de Moisés, num tempo em que não era formalmente motivada por possíveis ataques do demónio. O Livro do Êxodo 2,17 condena a morte os feiticeiros, sem dar nenhuma explicação. O Livro do Levítico 19,26.31 proíbe a magia, a astrologia, a necromancia, e a adivinhação e, a seguir em 20,27: *«homem ou a mulher que se entregar à evocação dos espíritos ou adivinhações será condenado à morte; serão apedrejados. O seu sangue cairá sobre eles.»* O Livro do Deuterónimo 18,9-13: *«Quando entrares na terra que o SENHOR, teu Deus, te há-de dar, não imites as abominações daquelas gentes. Ninguém no teu meio faça passar pelo fogo o seu filho ou a sua filha; ou se dê a encantamentos, aos augúrios, à adivinhação, à magia, ao feiticismo, ao espiritismo, aos sortilégios, à evocação dos mortos, porque o SENHOR abomina todos os que fazem tais coisas. Por causa dessas abominações é que o SENHOR, teu Deus, desaloja da tua frente essas gentes. Entrega-te inteiramente ao SENHOR, teu Deus!»*.

Alguns acreditam que seja impossível qualquer posição - como se fosse possível suspender esta questão – observando que os livros sagrados não permitem um pronunciamento a favor nem contra a existência dos demónios, por isso, esta doutrina pode ser abertamente revogada.

Certos críticos, pretendendo identificar a posição própria de Jesus, sugerem que nenhuma das suas palavras possa garantir a realidade do mundo demoníaco, ao mesmo tempo nem a afirmação da sua existência. Quando tal afirmação aparece, reflete as ideias dos escritos judaicos ou depende das tradições do Novo Testamento e não de Cristo. E concluem que esta afirmação não faz parte da mensagem central do Evangelho, nem compromete a nossa fé hoje, por isso, pode ser tranquilamente abandonada.

Outros autores são mais objetivos e ao mesmo tempo mais radicais, pois aceitam as afirmações da Escritura sobre os demónios, na sua forma mais óbvia, mas logo acrescentam que, no mundo de hoje, tais afirmações não seriam aceitáveis, nem mesmo para os cristãos. Por isso devem ser eliminadas.

Para alguns, finalmente, a ideia de Satanás, independentemente da sua origem, deixou de ser importante e que a tentativa de a justificar só faria perder credibilidade aos nossos ensinamentos ou faria de sombra ao discurso sobre Deus, que é o único que merece a nossa atenção.

Note-se que, quer para uns como para os outros, os nomes de Satanás ou do diabo não passariam de meras personificações míticas e funcionais, cujo único sentido seria o de enfatizar dramaticamente a influência do mal e do pecado sobre humanidade. Tratar-se-ia, portanto, de pura linguagem, que o nosso tempo deveria decifrar a fim de encontrar uma maneira diferente de inculcar nos cristãos o dever de lutar contra todas as forças do mal existentes no mundo.

Estas tomadas de posição, repetidas com grande show de erudição e divulgadas por revistas e, até, em certos dicionários teológicos, podem perturbar os espíritos: os fiéis estão acostumados a levar a sério as advertências de Cristo e os escritos apostólicos, por isso ficariam com a impressão de que tais conversas pretendam mudar radicalmente a opinião pública e, mesmos os que conhecem a Bíblia e as ciências religiosas, acabam por se perguntar até onde vai chegar este processo desmistificação, realizado em nome de uma certa hermenêutica.

Perante tais postulados, e, a fim de responder ao processo mental de certos teólogos, temos que parar e centrar a nossa atenção, sobretudo, no Novo Testamento, para destacar o seu testemunho e autoridade.

O NOVO TESTAMENTO E SEU CONTEXTO

Antes de recordar com qual independência de espírito, Jesus agiu em todos os momentos da Sua vida perante às opiniões de seu tempo, é importante notar que

nem todos os seus contemporâneos tinham a mesma crença em relação aos anjos e aos demónios, isto é, não era uma crença comum, da qual o próprio Jesus dependeria.

O Livro dos Actos dos Apóstolo fala da grande controvérsia que São Paulo provocou entre os membros do Sinédrio, pela qual chegamos a saber que os saduceus não tinham a mesma crença dos fariseus. Existia entre eles uma divergência de opinião, pois os saduceus não admitiam «nem a ressurreição, nem a existência dos anjos, nem dos espíritos: *«os saduceus negam a ressurreição, assim como a existência dos anjos e dos espíritos, enquanto os fariseus ensinam publicamente o contrário»* (Actos 23,8).

De facto, sobre Satanás, os demónios e os anjos, os contemporâneos de Jesus tinham duas posições diametralmente opostas. Como é, então, possível justificar a pretensão de que o próprio Jesus e, a Seu exemplo, os escritores do Novo Testamento, teriam assumido, sem qualquer esforço crítico, as ideias e as práticas do seu tempo? Certamente, Cristo, e com maior razão os Apóstolos, viviam naquele tempo e compartilhavam a mesma cultura, mas Jesus, em virtude de sua natureza divina e da revelação que Ele mesmo veio comunicar, transcendia o ambiente e a cultura do seu tempo, escapava a sua pressão. A leitura do Sermão da Montanha (Mt 5) é suficiente para se convencer da Sua grande liberdade de espírito perante a tradição dos antigos.¹

Jesus, ao revelar o significado da redenção, com certeza conhecia os fariseus, que, tal como Ele, acreditavam no mundo futuro, na alma, no espírito e na ressurreição; e também não ignorava os saduceus, que não suportavam tais crenças. Assim, quando os fariseus O acusaram de expulsar demónios com a ajuda de Belzebú, príncipe dos demónios (Mt 12,22-32), Jesus poderia ter superado aquela dificuldade alinhando-se com os saduceus, mas não o fez, porque ao fazer isso, contradizia a Sua missão. Portanto, Jesus, sem negar a crença que Ele tinha em comum com os fariseus sobre a existência dos espíritos e sobre a ressurreição, distanciou-se também deles, não menos que dos saduceus. Portanto, a pretensão actual de que o discurso de Jesus sobre Satanás exprime simplesmente uma doutrina veiculada pela cultura do seu tempo que não tem alguma importância para a fé universal da Igreja, aparece como uma opinião baseada em informações incompletas, quer sobre a cultura daquele tempo, quer sobre a personalidade de Jesus. Devemos concluir, portanto, que se Jesus utilizou

¹ Jesus declarou: «Não penseis que Eu não vim revocar a Lei e os Profetas. Eu não vim revoga-los, mas lavá-los à perfeição» (Mt 5,17) Com estas palavras, Jesus exprimia com certeza respeito para com as tradições do passado, como é confirmado pelos versículos seguintes (19-20). Mas a recusa da lei do divórcio (5,31) e da lei do talhão (5,38) revelam a Sua total independência, pois Ele veio para completar. A mesma coisa deve ser dita da observação escrupulosa das tradições dos antepassados que o próprio Jesus rejeita.

esta linguagem, e, sobretudo, se a traduziu em prática no Seu ministério, é porque exprimia uma doutrina necessária para a salvação que Ele trazia.

O testemunho pessoal de Jesus

As principais libertações de obsessos feitas por Jesus Cristo encontram-se em momentos decisivos do Seu ministério. Os exorcismos que Ele realizava colocavam e direcionavam a questão sobre a Sua pessoa, a Sua missão e a Sua identidade, como é provado suficientemente pelas próprias reações dos demónios: «*Que tens a ver connosco, Filho de Deus? Vieste aqui atormentar-nos antes do tempo?*» (Mt 8,29); e a resposta de Jesus é clara: «*se é pelo Espírito de Deus que Eu expulso os demónios, então chegou até vós o Reino de Deus*» (Mt 12,28).

Sem nunca colocar Satanás no centro do Evangelho, Jesus falou dele em momentos cruciais do Seu ministério e, obviamente, com declarações importantes. Em primeiro lugar, deu início ao Seu ministério público, aceitando, ser tentado pelo diabo no deserto: o relato de Marcos, mesmo na sua sobriedade, é tão decisivo como os relatos de Mateus e de Lucas (Mc 1,12-13; Mt 4,1-11; Lc 4,14-15).

Contra este adversário, Ele advertiu os discípulos, no Sermão da Montanha: «*Seja este o vosso modo de falar: Sim, sim; não, não. Tudo o que for além disto procede do espírito do mal.*» (Mt 5,37); e na oração que Ele ensinou, o Pai Nosso: «*e não nos deixeis cair em tentação, mas livra-nos do Mal*» (Mt 6,13)

Os Padres da Igreja, como por exemplo Santo Ambrósio, Cassiano e Tertuliano, afirmam que o último pedido do Pai Nosso deve ser entendido de forma pessoal, isto é «*livra-nos do Maligno*». (Esta mesma interpretação encontra-se no Catecismo da Igreja Católica, 2850)

Nas parábolas, Jesus atribuiu a Satanás os obstáculos contra a Sua pregação (Mt 13,19), assim é na parábola do joio semeado no campo (Mt 13,39). A Simão Pedro, Jesus anunciou que "*as portas do inferno*" iriam tentar prevalecer sobre a Igreja (Mt 16,19), que Satanás iria averiguar a sua fé e a dos outros apóstolos (Lc 22,31). Na hora de deixar o Cenáculo, Cristo declarou iminente vinda do "*príncipe deste mundo*" (Jo 14,30). No Getsémani, quando foi preso pelos soldados, afirmou que tinha chegado a hora do "*poder das trevas*" (Lc 22,53), embora Ele sabia, e já o tinha declarado no Cenáculo, que "*o príncipe deste mundo já foi julgado*" (Jo 16,11).

Esses factos e as declarações, bem enquadrados, repetidos e concordantes, não são casuais e não é possível tratá-los como dados que devem ser desmistificados ou fabulosos. Se fossem assim, teríamos que admitir que naquelas horas a

consciência crítica de Jesus, cuja lucidez e autocontrole são evidentes para os juízes, estava presa por fantasmas ilusórios e que, portanto, as suas palavras não podiam ter qualquer certeza, o que seriam, em aberto contraste com impressão dos primeiros ouvintes do Evangelho. Impõe-se, portanto, a conclusão de que Satanás, a quem Jesus tinha enfrentado com seus exorcismos, a quem tinha encontrado no deserto e na paixão, não pode ser considerado um simples produto da capacidade humana de inventar fábulas ou de personificar ideias, nem sequer um vestígio aberrante de uma linguagem cultural primitiva.

Os escritos paulinos

É verdade que São Paulo, na Carta aos Romanos, resumindo em grandes linhas, a situação da humanidade antes de Cristo, personifica o pecado e a morte, mostrando o seu incrível poder; mas no conjunto da sua doutrina, este é simplesmente um momento, e não passa de um jogo literário; de facto, ele tem uma consciência bem clara da importância da cruz de Jesus e da necessidade de optar pela fé que Ele pede.

Além disso, Paulo não identifica o pecado com Satanás. Na verdade, ele vê o pecado, acima de tudo, na sua essência, isto é, um ato pessoal do homem; da mesma forma fala do estado de culpa e de cegueira em que Satanás o quer envolver e manter (Ef 2, 1-2; 2Tes 2, 11; 2Co 4, 4). Assim, Paulo distingue bem o pecado de Satanás. O Apóstolo, que enfrenta a «*lei do pecado nos seus membros*», sente a sua impotência e confessa que nada pode sem a ajuda da graça (Gal 5, 17; Rm 7, 23-24). Ele mesmo, com grande determinação, convida a resistir a Satanás (Ef 6, 11-16), a não se deixar dominar por ele, a não lhe dar ocasião de entrar (Ef 4, 27; 1Cor 7, 5.) e a esmagá-lo sob os pés (Rm 16, 20). Porque, para ele, Satanás é uma entidade pessoal, "*o deus deste mundo*" (2Cor 4, 4), um adversário astuto, distinto do homem, como também do pecado que ele carrega.

Como no Evangelho, o apóstolo vê Satanás activo na história do mundo, naquilo que ele mesmo chama de "*o mistério da iniquidade*" (2Tes 2,7), na sua descrença, na sua recusa de reconhecer o Senhor Jesus (2Cor 4, 4), como também na aberração da idolatria (1Cor 10, 19-20; Rm 1,2122), na sedução com que ameaça a fidelidade da Igreja a Cristo, seu Esposo (2Cor 11, 3) e, finalmente, na adoração e na transgressão escatológica que conduz a dar culto ao homem que ocupa o lugar de Deus (2Tes 2, 3-4, 9-11). Certamente, Satanás induz ao pecado, mas se distingue do mal que faz cometer.

O Apocalipse e do Evangelho de São João

O Apocalipse é, acima de tudo, o quadro grandioso onde resplandece o poder de Cristo ressuscitado através das testemunhas do Seu Evangelho: proclama o

triunfo do Cordeiro imolado; mas nós mesmos ficaríamos totalmente enganados sobre a natureza desta vitória, se nela não víssemos o fim de uma longa luta que envolve, através de poderes humanos que se opõem ao Senhor Jesus, Satanás e os seus anjos, distintos uns dos outros, bem como os seus agentes históricos. De facto, é o Apocalipse que, enfatizando o enigma dos vários nomes e símbolos de Satanás na Sagrada Escritura, desmascara definitivamente sua identidade (Ap 12, 9). A sua acção que se desenvolve ao longo dos séculos, na história humana, sob os olhos de Deus.¹

Não surpreende, portanto, o facto de que no Evangelho de João, o próprio Jesus fala do diabo e o define "*príncipe deste mundo*" (Jo 12, 31; 14, 30; 16, 11). Na verdade, ele actua sobre o homem interior, mas é impossível ver na sua figura apenas uma personificação do pecado e da tentação. Jesus reconhece que o pecado significa ser "*escravo*" (Jo 8, 34), mas não identifica o pecado com Satanás, nem o estado de escravidão ou o de pecado que nele se manifesta. O diabo exerce sobre os pecadores unicamente uma influência moral, na medida em que cada um consente à sua inspiração (Jo 8,38,44): livremente executam os seus "*desejos*" (Jo 8, 44) e fazem "*seu trabalho*" (Jo 8,41). Somente neste sentido e nessa medida que Satanás é o "*pai*" deles, porque entre ele e a consciência da pessoa humana há sempre uma distância espiritual que separa a "*mentira*" diabólica do *consentimento* que se pode dar ou negar (Jo 8,38-44); da mesma forma que, entre Cristo e nós, assim há sempre uma diferença entre a "*verdade*" que ele revela e a fé com a qual é acolhida.

Por este motivo, os Padres da Igreja, são convencidos, através das Escrituras, que Satanás e seus demónios são os inimigos da Redenção, por isso, continuam a lembrar aos fiéis a sua existência e a sua acção.

DOCTRINA GERAL DOS PADRES DA IGREJA

Desde o século II da nossa era, Melito de Sardes já tinha escrito uma obra "Sobre o demónio" e seria difícil citar um único padre que não tivesse falado sobre este assunto. Obviamente, os mais diligentes a focar a acção do diabo foram aqueles que ilustraram o projeto divino na história, especialmente Santo Ireneu e

¹ Refere-se ao seguinte texto do Evangelho de São João: «Jesus respondeu aos Judeus: «Em verdade, em verdade vos digo: todo aquele que comete o pecado é escravo do pecado ... Pois bem, se o Filho vos libertar, sereis realmente livres... vós fazeis o que ouvistes ao vosso pai.» Eles replicaram-lhe: «O nosso pai é Abraão!» Jesus disse-lhes: ... Vós tendes por pai o diabo, e quereis realizar os desejos do vosso pai. Ele foi assassino desde o princípio, e não esteve pela verdade, porque nele não há verdade. Quando fala mentira, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira. Por isso, não acreditais em mim, porque vos digo a verdade. (Jo 8, 34-45)

Tertuliano, os quais enfrentaram o dualismo gnóstico de Marcião; a seguir, Victorino de Pettau e, finalmente, Santo Agostinho.

Santo Ireneu ensinou que o diabo é um "anjo apóstata"; que Cristo, recapitulando em si mesmo a guerra que este inimigo move contra nós, teve de o enfrentar mesmos no início de seu ministério. De forma mais ampla e com mais força, Santo Agostinho mostrou o diabo em factividade na luta entre as "duas cidades", que se originou no céu, quando as primeiras criaturas de Deus, os anjos, se declararam fiéis ou infiéis ao seu Senhor; na sociedade dos pecadores ele viu um "corpo místico" do diabo, do qual falou mais tarde, nos seus *Moralia in Job*, como fez também São Gregório Magno. Obviamente, a maioria dos padres, abandonando com Orígenes a ideia de um pecado carnal dos anjos caídos, viram no seu orgulho, - ou seja, no desejo de se elevar acima da sua condição de criatura, a tentativa de afirmar a sua independência, de colocar-se no lugar de Deus, - o início da sua queda; mas, ao lado desse orgulho, muitos outros enfatizaram a sua malícia contra os homens. De acordo com Santo Ireneu, a apostasia do diabo começou quando ele ficou ciumento pela criação do homem e tentou o próprio homem para que também ele se rebelasse contra o seu Criador. Segundo Tertuliano, Satanás, para contrastar os planos do Senhor, teria plagiado nos mistérios pagãos os sacramentos instituídos por Cristo. Os ensinamentos patrísticos fazem substancialmente eco fiel da doutrina e da orientação do Novo Testamento.

O IV Concílio de Laterão (1215) e o seu enunciado sobre o demónio

É verdade que em vinte séculos de história, o magistério tem dedicado à demonologia poucas afirmações dogmáticas. A razão é que só raramente surgiu esta necessidade. Falou especificamente disso, apenas em duas circunstâncias. A primeira a mais importante aconteceu no início do século XIII, quando se manifestou uma revivescência do dualismo maniqueísta e priscilianista, com o aparecimento dos Cátaros e dos Albigenses. O enunciado dogmático desse formulado dentro de um quadro doutrinal familiar e está muito próximo da nossa sensibilidade, porque envolve a visão do universo e a sua criação da parte de Deus:

«Acreditamos firmemente e simplesmente professamos ... um princípio único do universo, criador de todas as coisas visíveis e invisíveis, espirituais e corporais. Deus, com o Seu poder onipotente, desde o início dos tempos, criou a partir do nada, toda as criaturas, espirituais e corporais, isto é, os anjos e o mundo, pois, as criaturas humanas, compostas de espírito e corpo, pertencem, de qualquer forma aos dois mundos. O diabo e os outros demónios foram criados por Deus bons por natureza, mas se tornam maus por eles próprios, de sua própria iniciativa; quanto ao homem, porém, ele pecou por sugestão do diabo". (Decreto, n. 800)

O essencial desta exposição é sóbrio. Sobre o diabo e os demónios, o Concílio limita-se a afirmar que, sendo criaturas do único Deus, eles não são substancialmente maus, mas se tornaram maus de sua livre vontade (livre arbítrio). Não se fala do seu número, nem da sua culpa, nem da extensão de seu poder: questões extrâneas ao problema dogmático que foram deixadas à livre discussão escolástica. No entanto, a declaração do Concílio, por breve que seja, é de suma importância para nós porque é a emanção do maior Concílio do século XIII, o qual, põe em evidenciada a profissão da fé, historicamente precedente a preparação do mesmo; as profissões às doutrinas impostas pelos cátaros e pelos valdenses, que são posteriores; o Concílio enuncia as suas condenações contra o priscilianismo de há alguns séculos.¹

O primeiro tema do Concílio:

Deus, criador dos seres visíveis e invisíveis. Esta afirmação sobre o Criador e a formulação usada pelo Concílio Laterão IV tem uma importância particular para o assunto que estamos a tratar porque tem como fundamento a doutrina de São Paulo. O Apóstolo, de facto, glorificando a Cristo Ressuscitado, afirma que Ele exerce o domínio sobre todas as criaturas, «*nos céus, sobre a terra e nos infernos*», «*no mundo presente e no mundo futuro*» (Ef 1,21). A seguir, afirmando a pré-existência de Jesus, ensina que Ele é «*o Criador de tudo quanto existe no nos céus e na terra, dos seres visíveis e invisíveis*» (Col 1,16). São todas criaturas de Deus.

Esta doutrina sobre a criação adquiriu bem cedo uma importância fundamental para a fé cristã, porque a gnose e o marcionismo que surgiram muito tempo antes do que o maniqueísmo e o priscilianismo tentaram fazer-la vacilar.

Os primeiros símbolos da fé especificaram regularmente que "*os seres visíveis e invisíveis foram criados por Deus*". Esta doutrina, afirmada pelo Concílio Niceno Constantinopolitano e, posteriormente, pelo Conselho de Toledo, era proclamada nas profissões de fé que as grandes igrejas proclamavam durante a celebração do batismo; veio a fazer parte da grande oração eucarística de São Tiago, em Jerusalém, de San Basílio, na Ásia Menor, em Alexandria e noutras Igrejas Orientais. Entre os Padres gregos, aparece já em Santo Irineu e na *Expositio fidei* de Santo Atanásio. No Ocidente, encontra-se em Gregório de Elvira, em Santo Agostinho, em San Fulgêncio, e assim por diante. (notas 46-59)

No tempo dos cátaros, no Ocidente, como dos Bogomilos na Europa Oriental, restabeleceram o dualismo maniqueísta, a profissão de fé do IV Concílio de Laterão não poderia ter feito melhor do que retomar essa declaração e sua fórmula, que deste então tinha adquirido uma importância definitiva. De facto, foram

¹ O Documento insere em nota o texto original em língua latina. Notas de 42 a 44 que omitimos.

repetidas em breve tempo nas profissões de fé do Concílio de Lyon, de Florença e de Trento, para reaparecerem finalmente na Constituição Dei Filius do Concílio Vaticano I, usando as mesmas definições do IV Concílio de Laterão de 1215. Trata-se, portanto, uma afirmação primordial e constante da fé, providencialmente sublinhada pelo IV Concílio de Laterão que tem uma ligação direta para com o enunciado relativo a Satanás e seus demónios. Desta forma, o Concílio afirmou que também a doutrina dos anjos e dos demónios, já importante por si mesma, insere-se no contexto geral da doutrina da criação universal e da fé nos seres angélicos. (Notas 46-63)

Segundo tema do Concílio: o diabo.

O Texto. Para o que diz respeito ao enunciado sobre a demonologia, está longe de se apresentar como algo de novo acrescentado nesta circunstância, resultado de uma doutrina ou de uma dedução teológica; muito pelo contrário, **aparece como um ponto fixo, adquirido desde há muito tempo.** Basta ver a mesma formulação do texto. De fato, depois de ter afirmado a criação universal, o documento não passa a falar do diabo e dos demónios como conclusão deduzida logicamente: não escreve "Consequentemente" Satanás e seus demónios foram criados naturalmente bons"..., como teria sido necessário se a declaração fosse nova e deduzida da anterior; pelo contrário, apresenta o caso de Satanás, como uma prova de uma afirmação precedente, isto é, **como uma prova contra o dualismo.** Escreve, com efeito: "Porque Satanás e os demónios foram criados naturalmente bons...". Em breve, a formulação de que lhes diz respeito, apresenta-se como uma afirmação incontestável da consciência cristã: este é um ponto importante do documento, e não poderia deixar de o ser, tendo em conta as circunstâncias históricas.

2. A Preparação: as formulações positivas e negativas (séculos IV-V)

Na verdade, desde o século IV, a Igreja tinha tomado uma posição contra a tese maniqueísta dos dois princípios igualmente eternos e opostos,¹ tanto o Oriente como no Ocidente, ensinando firmemente que Satanás e seus demónios foram criados e feitos naturalmente bons. *"Tem que acreditar - disse São Gregório Nazianzeno ao neófito - que não existe uma essência do mal, ou um reino (do*

¹ Mani, fundador da seita, viveu no terceiro século da nossa era. A partir daí afirma-se a resistência dos padres contra o maniqueísmo. Epífanos consagra a esta heresia uma longa exposição seguida de uma refutação (PG 42, 29-172). Santo Atanásio fala dela em ocasião (Oratio Contra Gentes 2, PG 25,6c). São Basílio compôs um pequeno tratado Contra Maniqueus (PG 39, 1085-1110). No ocidente, Santo Agostinho, depois de ter aceite o maniqueísmo na sua juventude, combate-o sistematicamente depois da sua conversão. (Nota 64)

mal), sem começo ou subsistente por si próprio, ou criado por Deus" (Oratio 40, PG 36,424^a).

O diabo era considerado uma criatura de Deus, desde a origem *boa e luminosa*, que infelizmente não se firmou na verdade, na qual ela tinha sido feita (Jo 8, 44), mas se rebelou contra o Senhor.¹ O mal, portanto, não estava na sua natureza, mas sim num ato livre e contingente da sua vontade, como afirma São João Crisóstomo (Nota 67). Declarações deste tipo podem-se ler, de forma equivalente, em San Basílio, São Gregório de Nissa, São João Crisóstomo, Dídimo de Alexandria, no Oriente, e poderiam ter uma clara formulação dogmática ou de profissão de fé em Tertuliano, Eusébio de Vercelli, Santo Ambrósio, Santo Agostinho, no Ocidente (Notas 68-75).

A *De Trinitate*, atribuída a Eusébio de Vercelli, afirmava firmemente, em termos de anátemas sucessivas:

«Se alguém professa que o anjo apóstata, na sua natureza em que foi feito, não é obra de Deus, mas que existe por si próprio, até atribuir-lhe de encontrar em si próprio a sua origem, seja anátema. Se alguém acredita que o anjo apóstata foi feito por Deus com uma natureza má, e não diz que ele próprio concebeu o mal em si mesmo, por sua própria vontade, seja anátema. Se alguém acredita que o anjo de Satanás fez o mundo - longe de nós que tal crença - e não declara que todo pecado é de sua própria invenção, seja anátema» (Nota 76).

Tal redação, escrita em forma de anátema não era então um caso único: já se encontra no *Commonitorium*, atribuído a Santo Agostinho e escrito em vista da abjuração dos maniqueístas. Esta instrução considerava anátema «aquele que acredita que existem duas naturezas, que se originaram a partir de dois princípios diferentes, a primeira boa que é de Deus, a outra má, não criada por Ele» (Nota 77).

Este ensinamento era geralmente expresso de forma melhor, através de uma formulação direta e positiva como uma afirmação de fé. Santo Agostinho, no início de seu *De Genesi ad literam*, leia-se:

"A doutrina católica obriga a acreditar que a Trindade é um só Deus, o qual fez e criou todos os seres existentes, enquanto existem, de modo que cada criatura, seja intelectual ou corporal, para o dizer brevemente, segundo as palavras das Divinas Escrituras, invisíveis ou visíveis, não pertencem à natureza divina, mas foram feitas a partir do nada por Deus" (Nota 78).

Na Espanha, o primeiro Concílio de Toledo igualmente professou que Deus é o Criador de *"todos (os seres) visíveis e invisíveis"* e que *"fora Dele não há natureza*

¹ Os Padre interpretam nestes sentidos os textos de Is 14,14 e Ez 28,2, onde os profetas condenam o orgulho dos reis pagãos de Babilónia e de Tiro. (Nota 66)

divina, anjo, espírito ou qualquer poder que pode ser considerado por Deus" (Dens-Sch. 188)

Assim, a partir do século IV, a expressão da fé cristã - ensinada ou vivida – apresentava sobre este ponto duas formulações dogmáticas, positiva e negativa, que encontraremos oito séculos mais tarde, no tempo de Inocêncio III e do IV Concílio de Laterão.

São Leão Magno. Enquanto isso, estas expressões dogmáticas não caíram em desuso. De fato, no século V, a Carta do Papa Leone Magno a Toríbio, Bispo de Astorga - cuja autenticidade não deixa margem para dúvidas - fala com o mesmo tom e com a mesma clareza. Entre os erros dos Priscilianistas, ele condena, com efeito o quanto segue:

"A sexta nota aponta assinala que os priscilianistas pretendem que o diabo nunca foi bom e que sua natureza não é obra de Deus, mas que ele surgiu do caos e das trevas, porque, de facto, não há um autor do seu ser, mas é ele próprio o princípio e a substância de todo o mal, enquanto a verdadeira fé, a fé católica, professa que a substância de todas as criaturas, espirituais e corporais, é boa, e que o mal não é uma natureza, desde que Deus, Criador do universo, só tem feito o que é bom. Por esta razão, o diabo seria bom se ele tivesse permanecido no estado em que foi feito. Infelizmente, ele usou mal a sua excelência natural e não permaneceu na verdade (Jo 8, 44), e não se transformou (sem dúvida) numa substância contrária, mas separou-se do sumo bem, ao qual deveria ter aderido... " (Nota 81, texto latino).

Esta declaração doutrinal (a começar das palavras *"a verdadeira fé, a fé católica professa..."* até ao final) foi considerada tão importante que foi retomada, nos mesmos termos, nas afirmações acrescentadas no século IV para o "Livro de dogmas eclesiásticos", atribuído a Gennadius de Marselha (Nota 82, texto latino).

Enfim, a mesma doutrina é sustentada, com tom magisterial na *"regra de fé de Pedro,"* de San Fulgêncio; neste trabalho, ele afirmou a necessidade de

"manter em primeiro lugar" e "firme" que tudo o que não é Deus é uma criatura de Deus, e este é o caso de todos os "seres visíveis e invisíveis": "que uma parte dos anjos se corrompeu e se afastou de livre vontade do seu Criador" e "que o mal não é uma natureza" (Nota 83).

Não surpreende, então, que neste contexto histórico, o *"Statuta Ecclesiae Antiqua"* - uma colecção canónica do V século – tivessem introduzido, dentro das questões a examinar sobre a fé católica dos candidatos ao episcopado, a seguinte pergunta: *"Se o diabo é mau por condição ou se se tornou tal por livre arbítrio"*, uma fórmula que se reencontra nas profissões de fé impostas por Inocêncio VIII aos valdenses (Notas 84-85).

O primeiro Concílio de Braga (século VI)

A doutrina era, portanto, comum e firme. Os numerosos documentos que a expressam, dos quais mencionamos os principais, constituem um fundo doutrinal, sobre o qual ressalta o primeiro Concílio de Braga, dos meados do século VI. Neste contexto, o capítulo 7 deste Sínodo não aparece como um texto isolado, mas como uma síntese do ensinamento dos séculos IV e V sobre este assunto e, especialmente, da doutrina do Papa São Leão Magno:

"Se alguém afirma que o diabo não era em princípio um anjo (bom) feito por Deus e que a sua natureza não foi feita por Deus, mas que surgiu do caos e das trevas e que não tem um autor do seu ser, mas que Ele próprio é o princípio e a substância do mal, como dizem Mani e Prisciliano, seja anátema" (Denz-Sch. 57).

3. O advento dos cátaros (XII e XIII)

Fazem parte da fé explícita da Igreja, desde longo tempo, a condição de criatura e o acto livre com o qual o diabo se perverteu. No IV Concílio de Laterão foi o suficiente para introduzir estas declarações no Credo sem necessidade de as documentar, porque se tratava de crenças claramente professadas. Esta inserção, que, do ponto de vista dogmático também era possível anteriormente, nesse momento tornou-se necessária por causa da heresia dos cátaros que tinha introduzido alguns dos antigos erros maniqueístas.

Entre os séculos XII e XIII muitas profissões de fé foram feitas rapidamente a fim de reafirmar que Deus é criador dos seres *"visíveis e invisíveis"*, que é o autor dos dois Testamentos, e especificar que o diabo não era mau por natureza, mas que se tornou mau como resultado de uma opção. As antigas formulações dualistas, enquadradas em vastos movimentos doutrinários e espirituais, representavam naquele tempo, no sul da França e norte da Itália, um dano real à fé.

Na França, Hermengardo de Béziers foi abrigado pelas circunstâncias a escrever um tratado contra os hereges *"que dizem e acreditam que o mundo presente e todos os seres visíveis não foram criados por Deus, mas pelo diabo"* e que existiam um Deus bom e onipotente um deus do mal, isto é, o diabo (PL 204, 1235-1272).

No norte da Itália, um dos cátaros convertidos, Bonacursus, lançou o alarme e indicou com precisão as várias escolas da seita¹. Pouco depois da sua

¹ O Contexto histórico da Itália do Norte nesta época está bem descrito por Padre Hilariano de Milão, «as heresias medievais» (Sec. XI-XV) em Grande Antologia filosófica, vol. IV, Milão 1954, pp. 1599-1689) – Nota 89.

intervenção, apareceu a *Summa contra haereticos*, por muito tempo atribuída a Prepositino de Cremona, que descreve de forma mais clara o impacto da heresia dualista sobre o ensino daquela época, quando começa a falar dos cátaros da seguinte forma:

"Deus Todo-Poderoso só criou os (seres) invisíveis e incorpóreos. No que se refere ao diabo, a quem este herege chama deus das trevas, ele criou os (seres) visíveis e corporais. Depois de ter dito isso, o herege acrescenta que há dois princípios das coisas: o princípio do bem, ou seja, Deus Todo-Poderoso, e o princípio do mal, isto é, o diabo; acrescenta também que existem duas naturezas: uma boa, a (os seres) incorpórea, criada por Deus Todo-Poderoso, outra má, a do (estar) corpóreo, criado pelo diabo. O herege fala desta forma antigamente chamava-se maniqueísta, hoje chama-se Cátaros" (Nota 90, texto latino, *Suma contra haereticos*, cap. 1, p. 4).

Apesar da sua brevidade, este resumo é muito significativo pela sua densidade. Hoje, podemos completá-lo, referindo-nos ao *"Livro dos dois princípios"*, escrito por um dos teólogos cátaros, logo a seguir o IV Concílio de Laterão (Nota 91).

Entrando nos particulares da argumentação e tendo como base as Escrituras, o pequeno número de militantes dessa seita pretendia combater a doutrina do único Criador e de fundar sobre textos bíblicos a existência de dois princípios opostos. Ao lado do Deus bom, dizia ele,

"é preciso, necessariamente, reconhecer a existência de um outro princípio, o do mal, que age de forma perniciosa contra o verdadeiro Deus e contra a criação". (Nota 92)

Valor decisão do Conselho de Laterão

No início do século XIII estas declarações, longe de serem apenas teorias reservadas a especialistas ou intelectuais, correspondiam a um conjunto de crenças errôneas, vividas e disseminada por uma multidão de conventículos ramificados, organizados e ativos. A Igreja tinha o dever de intervir repetindo energicamente as declarações doutrinárias dos séculos anteriores. É o que fez o papa Inocêncio III, quando introduziu as duas definições dogmáticas da fé do IV Concílio Ecuménico de Laterão. Foi lida oficialmente aos bispos e foi por eles aprovada. Interrogados em voz alta: *"credes a essas verdades ponto por ponto?"* Eles responderam com um aplauso unânime: *"As acreditamos"*. No seu conjunto, portanto, o documento conciliar é um documento de fé e, dada a sua natureza e forma, que são as de um símbolo, onde cada ponto principal tem igual valor dogmático.

Cair-se-ia em claramente em erro, se cada parágrafo de um símbolo de fé devesse conter uma única declaração dogmática: isto quer dizer aplicar a uma

interpretação hermenêutica válida, por exemplo, no caso de um decreto do Concílio de Trento, onde cada capítulo normalmente ensina um só tema dogmático: a necessidade de se preparar à justificação, a verdade da presença real de Cristo na Eucaristia, etc.

O primeiro parágrafo do Laterão IV, no entanto, condensa em um número de linhas iguais a do capítulo do Concílio de Trento sobre o "dom da perseverança", uma série de declarações de fé, em grande parte já definidas sobre a unidade de Deus, a Trindade e a igualdade das pessoas, a simplicidade da sua natureza, a "procissão" do Filho e do Espírito Santo. A mesma coisa acontece para a criação, especialmente nas duas passagens referentes a todos os seres espirituais e corporais criados por Deus, como também para a criação do diabo e para o pecado. Foi, como vimos, tantos pontos do IV-V séculos pertenceu a doutrina da Igreja, apresentando-lhes o próprio símbolo, o Conselho não fez nada para consagrar sua participação no padrão universal fé. (Notas 95-97)

Além disso, a existência da realidade demoníaca afirma o seu poder, sendo baseada não só sobre estes documentos específicos; no entanto, adquire uma outra expressão, mais geral e menos rígida em declarações conciliares, ao descrever a condição do homem sem Cristo.

O ensinamento comum dos Papas e dos Concílios

Nos meados do século V, na véspera do Concílio de Calcedônia, o "Volume" do Papa São Leão Magno a Flaviano destacou que um dos efeitos da economia da salvação, evocando a vitória sobre a morte e o diabo, que, segundo a carta aos Hebreus, tinha sob seu controle. Mais tarde, quando o Concílio de Florença falou da Redenção, bíblicamente apresentada, como uma libertação do domínio do diabo.

O Concílio de Trento, resumindo a doutrina de São Paulo, declarou que o homem pecador *"está sob o poder do diabo e da morte"*, mas *"Deus nos libertou do poder das trevas e nos transportou para reino do seu Filho amado, no qual temos a redenção, a remissão dos pecados"* (Col 1,13-14). Cometer pecado depois do batismo é *"abandonar-se ao poder do diabo"*. Isto é, de fato, a fé primitiva da Igreja universal, atestada desde os primeiros séculos na liturgia da iniciação cristã, quando os catecúmenos, e estavam se preparando para o batismo, renunciavam a Satanás, professavam a sua fé na Santíssima Trindade e aderiam a Cristo, o Salvador. (Notas 97-103)

Por este motivo, o Concílio Vaticano II, que estava mais interessado para o presente da Igreja mais do que para a doutrina da criação, mas não deixou de alertar contra a atividade de Satanás e seus demónios. Mais uma vez, tal como os Concílios de Florença e de Trento, a Igreja declarou, tal com fez o Apóstolo, que Cristo *«liberta-nos do poder das trevas»* e, resumindo as Escrituras, à maneira

de São Paulo e do Apocalipse, a Constituição *Gaudium et Spes* (37), disse que a nossa história, a história universal, «*é uma dura batalha contra o poder das trevas, luta que começou desde as origens do mundo e que continuará, como diz o Senhor, até o último dia*».

Além disso, o Vaticano II renovou o alerta da Carta aos Efésios para «*revestir a armadura de Deus para permanecer firmes contra as astutas ciladas do diabo*» (Ef 6,11-12). Porque, com a Constituição *Lumen Gentium* lembra aos leigos, «*nós devemos lutar contra os príncipes deste mundo de trevas, contra os espíritos malignos*» (Ef 6,12). Não surpreende, enfim constatar que o mesmo Concílio, em *Lumen Gentium* 5a, querendo apresentar a Igreja como o Reino de Deus que já começou, recorda os milagres de Jesus e, a este respeito, nomeadamente os seus exorcismos. Com efeito, foi nesta ocasião que Jesus fez aquela afirmação foi famosa: "*Sem dúvida, o reino de Deus já chegou vós*" (Lc 11,20; Mt 12,28).

O argumento litúrgico

Quanto à liturgia, já evocada ocasionalmente, dá um testemunho particular, sendo a expressão concreta da fé vivida, mas não devemos obrigá-la a responder à nossa curiosidade sobre a natureza dos demónios, suas categorias e os seus nomes.

A liturgia limita-se a falar, de acordo com seu papel, da existência dos demónios e da ameaça que ela representa para os cristãos. Tendo como base os ensinamentos do Novo Testamento, a liturgia reflete-o diretamente, lembrando que a vida dos batizados é uma luta empreendida com a graça de Cristo e com o poder do seu Espírito, contra o mundo, a carne e os seres demoníacos¹.

O significado dos novos rituais.

No entanto, este argumento litúrgico deve ser usado com cautela. Por um lado, os rituais e Sacramentários orientais, com os sucessivos enriquecimentos ao longo dos séculos apresentam uma demonologia complexa e, com isso, corremos o risco de nos desviarmos; por outro lado, os documentos litúrgicos latinos, frequentemente trabalhados ao longo da história, e justamente por causa dessas mudanças, as conclusões devem ser igualmente cautelosas.

O nosso antigo ritual de penitência pública expressava fortemente a ação demoníaca sobre os pecadores: infelizmente, estes textos que sobreviveram até hoje no Pontifical Romano, há muito tempo que deixaram de ser utilizados. Antes de 1972, podiam também mencionar as orações da recomendação da alma, evocando o horror do inferno e os últimos assaltos do diabo, mas esses textos significativos desapareceram. Sobretudo, em nossos dias, o ministério específico

¹ C. VAGAGGINI, *Il senso teologico della liturgia, Saggio di liturgia teologica generale*, Roma 1965, Capitolo XIII, *Le due città, la liturgia e la lotta contro Satana*, pp. 346-427 e outras citações. (Nota 110)

do exorcista, embora não foi abolido, é reduzido a um eventual serviço, que, na verdade, só pode continuar se os bispos o reclamarem, e não é necessário um rito para o conferir. Esta decisão não significa, naturalmente, que o sacerdote não tenha o poder de exorcizar, ou que não deva exercer este ministério, pois, nem sequer existe uma proibição, embora devemos constatar que a Igreja, já não atribui a este ministério uma função específica, nem reconhece aos exorcismos a importância que tiveram nos primeiros séculos. Sem dúvida, esta evolução merece a nossa consideração. (Notas 111-113)

No entanto, não podemos concluir que houve uma reversão ou revisão da fé no campo litúrgico. O Missal Romano de 1970 continua a refletir a crença existente na Igreja sobre a intervenção demoníaca. Hoje, como antes, a liturgia do primeiro domingo da Quaresma recorda aos fiéis que Jesus Cristo, Nosso Senhor venceu o demónio: os relatos dos três sinópticos sobre as tentações continuam nos três ciclos litúrgico, anos A, B e C, e nas leituras da Quaresma. O Proto-evangelho, com o seu anúncio sobre a vitória da semente da mulher sobre a serpente (Gn 3,15) é lido no décimo domingo do ano B e no sábado da quinta semana. A festa da Assunção e o comum de Nossa Senhora conserva o texto de Apocalipse, 12, 1-6, isto é, a ameaça do Dragão contra a Mulher que dá à luz. O texto de Mc 3, 20-35, que descreve a discussão Jesus com os fariseus sobre Belzebu, faz parte das leituras do domingo X do ano B, como já mencionado acima. A parábola do trigo e do joio (Mt 13, 23-43) aparece no décimo sexto domingo do Ano A, e sua explicação (Mt 13, 36-43) é lida na terça-feira da décima terceira semana. O anúncio da derrota do príncipe deste mundo (Jo 12, 20-23) é lido no V Domingo da Quaresma Ano B e (Jo 14, 30) é lido durante a semana. Entre os textos dos Apóstolos Ef 2,1-10 é atribuído à segunda-feira da semana XXIX; Ef 6, 10-20) aos santos comuns e quinta-feira da semana XIII; Jo 3, 710 é lido em 4 de janeiro; e na festa de São Marcos, a primeira leitura é de San Pedro, que tem o diabo oscilando em torno de sua presa para devorar. Estas citações, que para ser completo deve ser multiplicado, mostram que os mais importantes textos bíblicos sobre o diabo ainda fazem parte da leitura oficial da Igreja.

É verdade que o ritual da iniciação cristã dos adultos foi alterado neste ponto e já não desafia o diabo com apóstrofes imperativos, mas mantém o mesmo sentido, pois se dirige a Deus em forma de oração. O tom é menos espetacular, mas não menos expressivo e eficaz. Portanto, é falso afirmar que os exorcismos foram removidos do novo ritual do batismo. O erro é tão claro que o novo ritual do catecumenado, colocou em primeiro lugar os exorcismos habituais, chamados exorcismos "maiores" e exorcismos "menores" distribuídos por todas as etapas do catecumenado, desconhecidos no passado. (Notas 114-115)

Portanto, os exorcismos permanecem. Hoje, como ontem, pedem a vitória sobre "Satanás", "o diabo", "o príncipe deste mundo" e "o poder das trevas"; os três

"escrutínios" habituais, como sempre, mantêm o seu lugar e a mesma finalidade, quer em negativo quer em positivo: "Libertar do pecado e do diabo" e, ao mesmo tempo, "fortalecer em Cristo". (Nota 116)

A celebração do batismo infantil também mantém, em última análise, um exorcismo, o que não significa que a Igreja considera essas crianças como tantos endemoninhados, mas acredita que eles também precisam de todos os efeitos da Redenção de Cristo. De fato, antes do batismo, cada homem, criança ou adulto, tem o sinal do pecado e da ação de Satanás. (Nota 117)

Quanto à liturgia da penitência privada, fala do diabo menos do que antes, mas nas celebrações penitenciais comunitárias encontramos uma antiga oração restaurada, que recorda a influência de Satanás sobre os pecadores. (Nota 118)

No ritual dos doentes - como já referimos – a oração da recomendação da alma sublinha bem a presença inquietante de Satanás, embora no decorrer do rito da unção, o celebrante suplica para que o doente "seja liberado do pecado e de toda a tentação". O óleo santo é considerado uma "proteção" do corpo, da alma e do espírito, e a oração *Commendo te*, sem mencionar o inferno e o diabo, evoca indiretamente a sua existência e sua ação quando pede a Cristo de salvar o moribundo e contá-lo dentro do número das "suas" ovelhas e dos "seus" eleitos: obviamente, esta linguagem quer evitar um trauma ao paciente e à sua família, mas não se esquece da fé no mistério do mal. (Notas 119-120)

Conclusão

Em suma, a atitude da Igreja em todos os assuntos relacionados com a demonologia continua a ser clara e firme. É verdade que ao longo dos séculos a existência de Satanás e seus demónios nunca foi objeto de uma declaração explícita do magistério. A razão é que a questão nunca foi posta nestes termos: os hereges e os fiéis, igualmente baseados na Sagrada Escritura, concordam em reconhecer a sua existência e os seus principais males. Portanto, hoje, quando se põe em dúvida a realidade demoníaca, é necessário referir-se - como já referimos – à constante e universal fé da Igreja e à sua maior fonte: o ensinamento de Cristo. De fato, é na doutrina do Evangelho e no coração da fé vivida que a existência do mundo demoníaco se revela como um dado dogmático.

O mal-estar contemporâneo que denunciámos no começo não está a por em dúvida um elemento secundário da doutrina cristã, mas compromete a fé constante da Igreja, a sua maneira de conceber a Redenção e, no ponto de partida, a própria consciência de Jesus. Portanto, Sua Santidade, o Papa Paulo VI, falando recentemente desta terrível realidade misteriosa e terrível do mal, pode dizer com autoridade:

"Está fora do quadro do ensino bíblico e da igreja quem se recusa de reconhecer a sua existência; isto é, quem o torna um princípio que existe por si mesmo, que não tem, como qualquer outra criatura, a sua origem em Deus, ou a explica como uma pseudorealidade, uma personificação conceptual e fantástica das causas desconhecidas das nossas desgraças".¹

Nem os exegetas e nem os teólogos se devem esquecer desta advertência.

Então, por isso, repetimos que, afirmando a existência da realidade demoníaca, a Igreja não pretende, nem se retirar para a especulação dualista e maniqueísta do passado, nem sequer propor um substituto aceitável para a razão. Só quer permanecer fiel ao Evangelho e às suas exigências. É evidente que Igreja nunca permitiu ao homem baixar a sua responsabilidade, atribuindo a culpa aos demónios. A Igreja não hesita em agir contra tal brecha quando se manifesta, dizendo com São João Crisóstomo:

"Não é o diabo, mas a própria negligência dos homens que faz com que todas as suas quedas, e todos os males daqueles dos quais se lamentam".

(Nota 122)

Sobre este ponto, o ensinamento cristão, com a sua vigorosa defesa da liberdade e da grandeza do homem e pondo em plena luz a onnipotência e a bondade do Criador, não mostra nenhuma cedência. Sempre condenou no passado e sempre condenará no futuro a excessiva facilidade de se justificar aduzindo como razão uma solicitação demoníaca; a Igreja condenou quer a superstição quer a magia; tal como rejeitou qualquer capitulação doutrinária perante o fatalismo e a qualquer renúncia da liberdade quando requer esforço.

Ainda mais, quando se fala de uma possível intervenção diabólica, a Igreja sempre deixa espaço, como acontece para o milagre, à exigência crítica. Nesta matéria exige reserva e prudência. Na verdade, é fácil tornar-se vítima da imaginação, deixar-se influenciar por histórias imprecisas, contadas sem jeito, ou interpretadas erroneamente. Nestes, como noutros casos, é necessário exercer o discernimento e dar espaço à pesquisa e aos seus resultados.

Não obstante isso, a Igreja, fiel ao exemplo de Cristo, acredita que a exortação do apóstolo Pedro à *"sobriedade"* e à *"vigilância"* é sempre (1Pd 5,8). Certamente, hoje é mais conveniente defender-se de uma nova *"ênfatização"*, embora o conhecimento e o poder tecnológico também podem ser enfatizados. Hoje o homem orgulha-se com as suas descobertas, e, muitas vezes, justamente. Mas no nosso caso, será que pode ter a certeza de que a sua análise tenha já

¹ Sai fora do quadro do ensinamento bíblico e eclesiástico quem recusa de a reconhecer existente; isto é, quem faz um princípio separado que não tem ele mesmo, como criatura, a sua origem em Deus; ou que lhe dá uma explicação como sendo uma realidade fictícia, uma personalização conceptual e fantástica, causa dos nossos males. (Paulo VI, Audiência geral de 15 de Novembro de 1972. Observador Romano, 30 de Julho de 1972, pp. 1-2)

esclarecido todos os fenómenos que caracterizam e revelam a presença do diabo? Será que já não existe nada de problemático? Os estudos hermenêuticos e os estudos dos Padres teriam já esclarecido as insídias escondidas de todos os textos? Nada é menos certo.

Certamente, no passado, tem havido alguma ingenuidade no medo de encontrar algum demónio em cada encruzilhada dos nossos pensamentos. Mas haveria hoje uma igual ingenuidade em fingir que os nossos métodos logo irão dizer a última palavra sobre a profundidade da consciência, onde interagem as misteriosas relações da alma e do corpo, do natural e do sobrenatural, do ser humano, da razão e da revelação? De facto, estes problemas foram sempre considerados vastos e complexos. Quando aos nossos métodos modernos, tal com os dos tempos passados, têm os seus limites que não podem ser ultrapassados. A modéstia, que também é uma qualidade de inteligência, deve guardar os seus privilégios e manter-se dentro da verdade. Porque esta virtude - mesmo tendo em conta o futuro – permite desde agora ao cristão de dar espaço à contribuição da revelação, ou, mais brevemente, à fé.

É nesta fé, de fato, que nos conduz o apóstolo São Pedro, quando nos convida a resistir ao demónio "*permanecendo fortes na fé*". A fé ensina-nos, de facto, que a realidade do mal "*é um ser espiritual vivo, perverso e pervertedor*" (Paulo VI), e sabe também dar-nos confiança, fazendo-nos saber que o poder de Satanás não pode ir além dos limites que Deus tem marcado; também, da mesma forma, nos assegura que, embora o diabo possa tentar-nos, não pode, porém, arrancar o nosso consentimento. Acima de tudo, a fé abre o coração para a oração, na qual encontra a sua vitória e sua coroação, fazendo-nos triunfar sobre o mal com o poder de Deus.

Na verdade, a afirmação concreta da realidade demoníaca, por aquilo a que chamamos o mistério do mal, continua a ser ainda hoje um enigma que envolve a vida cristã. Nós não sabemos muito melhor do que os apóstolos porquê o Senhor o permite, nem como Ele mesmo faz que sirva os seus projetos, mas poderia acontecer que, na nossa sociedade, cativada pela horizontalidade secularizada, as explosões inesperadas deste mistério possa oferecer um sentido menos refratário na compreensão desse mistério. Este obriga o homem a olhar mais longe, mais alto, além da evidência imediata; através da ameaça e da persistência do poder do mal, que dificultam a nossa caminhada, podemos discernir a existência de uma vida após da morte a decifrar, e voltar-se para Cristo, para ouvir a Boa Nova da salvação, oferecida como graça.

Sua Santidade, o Papa Paulo VI, falando recentemente desta terrível realidade misteriosa e terrível do mal, pude dizer com autoridade:
"Está fora do quadro do ensino bíblico e da igreja quem se recusa de

reconhecer a sua existência; isto é, quem o torna um princípio que existe por si mesmo, que não tem, como qualquer outra criatura, a sua origem em Deus, ou a explica como uma pseudo-realidade, uma personificação conceptual e fantástica das causas desconhecidas das nossas desgraças". (Paulo VI, Audiência geral de 15 de Novembro de 1972. Observador Romano, 30 de Julho de 1972, pp. 1-2)

Este documento não se encontra em língua portuguesa. É esta uma tradução a partir do italiano. As notas originais são em língua francesa e não se encontram nesta publicação, sendo limitada a um grupo e não ao grande público.

http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19750626_fede-cristianademonologia_it.html